

## **Educação e Questão Social: Elementos para pensar essa relação na sociedade atual**

Autora: Sarah Tavares Cortês<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca problematizar a relação entre educação e questão social, entendendo a indissociabilidade de pensar a educação a partir da questão social. O texto parte de um questionamento formulado considerando experiência da autora como assistente social inserida na área da educação, qual seja: “a escola é um espaço construído, pensado, desenvolvido para os/as trabalhadores/as e/ou seus filhos/as? Que relações se estabelecem entre pobreza e educação?”. As análises irão se desenvolver acerca da questão social e sua configuração na atualidade, a partir da perspectiva do capital-imperialista e das expropriações gestadas na base exploradora desse sistema. O texto segue pensando a relação entre a questão social e educação, situando o papel deste direito dentro da sociedade do capital e os tensionamentos presentes na sua efetivação.

**Palavras-chave:** Questão Social; Educação; Capitalismo; Direitos Sociais.

**ABSTRACT:** This article seeks to problematize the relationship between education and social issues, understanding the inseparability of thinking about education from the social issue. The text starts from a question formulated considering the author’s experience as social worker, inserted in the education’s area, which is: “Is the school a space built, thought, developed for the labors and/or their children? What relationships are established between poverty and education?”. The analyzes will be developed about those questions and configuration of social issues nowadays, from the perspective of the capital-imperialist and expropriations managed in this system base. This article goes on thinking about the relation between social issue and education, situating the role of this right within the society of capital and the tensions to effective it.

**Keywords:** Social Issue; Education; Capitalism; Social Rights.

124

### **INTRODUÇÃO**

A educação é historicamente uma política defendida pela classe trabalhadora, visto inclusive pela juventude como meio para acessar melhores empregos. Na trajetória das lutas sociais, principalmente o movimento estudantil brasileiro, a defesa da escola/ universidade pública, gratuita e de qualidade é bandeira constante.

Entretanto, o processo de escolarização é um longo e tortuoso caminho, encarado muitas vezes na busca do “futuro melhor”, ou ainda abandonado. Diversos são os fatores objetivos e/ou subjetivos que levam a evasão, todavia uma fala

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio). Contato: sarahtcortes@gmail.com

emblemática usada recorrentemente por quem deixa a escola é “esse não é meu lugar”.

Em uma das primeiras entrevistas sociais que realizadas na condição de assistente social inserida na área da educação pública federal, com objetivo de atendimento no programa de assistência estudantil, uma estudante faz a seguinte afirmativa “meu pai diz que estudar é coisa pra rico”. Tratava-se de estudante mulher, pobre, domiciliada na zona rural, oriunda de escola pública e iniciando o curso superior.

Considerando esses recortes de falas experienciadas a partir da inserção como assistente social na área da educação, apresenta-se um questionamento sobre o qual esse texto irá se desenvolver: a escola é um espaço construído, pensado, desenvolvido para os/as trabalhadores/as e/ou seus filhos/as? Que relações se estabelecem entre pobreza e educação?

## **APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL**

Primeiramente é necessário situar a compreensão de pobreza que se adota para a perspectiva desta análise. A pobreza está além da ausência de insumos financeiros para o indivíduo se manter. Esta se agudiza e ganha contornos muito mais complexos a partir da emergência da *questão social*, tornando-se expressão desta sociedade capitalista.

De acordo com Pastorini (2007, p.97):

As manifestações concretas e imediatas da questão social têm como contraface a *lei geral da acumulação capitalista* desenvolvida por Marx em O capital. Ou seja, as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrentes das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. (*Grifo da autora*)

A partir da instauração do sistema capitalista de produção, a pobreza ganha raízes mais profundas e complexas, manifestando-se como expressão da questão social. Os meios de produção são privados da classe burguesa, restando ao trabalhador a venda da sua força de trabalho, sendo o produto do seu trabalho apropriado e pago apenas parcialmente na forma de salário.

Ou seja, o capitalismo constitui um “modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador”. (MARX, 2014, p. 724)

A questão social atual é embrionária da relação capital/trabalho que se constituiu a partir do sistema capitalista de produção. A sociedade moderna se desenvolve sob as bases da valorização do dinheiro em detrimento do humano, criando ao longo da história estratégias (de coerção ou consenso) para cada vez mais alienação e expropriação do trabalhador.

Principalmente a partir da segunda metade do século XX, o capital monetário ganha destaque, disseminando o “capital mercadoria”. Desenvolve-se a esfera das finanças, o capital rentista, que se apresenta como aparente detentor do poder de gerar mais dinheiro, portador de juros<sup>2</sup>, como se fossem “potências autônomas”. (FONTES, 2010).

Por isso, é chamado capital fetiche, pois é algo idealizado, no qual é atribuído um poder “sobrenatural”. Esse processo ofusca o trabalho como via produtiva verdadeira geradora da riqueza, bem como reinventa a exploração de mais valor e acumulação.

O sistema capitalista restabelece seus mecanismos de produção e acumulação, produzindo, assim, novas roupagens para a questão social. De acordo com Virgínia Fontes (2010), a necessidade de expansão do capital implica concentração dos recursos sociais de produção, conseqüentemente é imperativo a recriação permanente de expropriações sociais. Sobre o processo de expropriação a autora afirma:

O contexto de expropriações primárias – da terra – massivas e de concentração internacionalizada do capital em gigantescas proporções, sofre uma duplicação, ou uma alteração de qualidade, correlata à nova escala de concentração de capitais, característica do capital-imperialismo: passaram a incidir também sobre trabalhadores já de longa data urbanizados, revelando-se incontroláveis e perigosamente ameaçadoras da humanidade tal como a conhecemos.

---

<sup>2</sup> “O valor de uso do capital convertido em mercadoria, ou do capital portador de juros, é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através da multiplicação de agentes voltados para a função de extrair mais-valor. Marx emprega o termo *capitalista funcionante* para designar a personificação do capital que produz o mais-valor [...]. O proprietário dos recursos sociais de produção sob a forma do capital monetário (ou portador de juros) exige do capitalista funcionante crescente eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como o capital monetário, ou, ainda, o capital tornado mercadoria.” (FONTES, 2010, p. 02).

Estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações ou expropriações secundárias*, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor.

Assim, para o capital não há limites para a expropriação. Sobrepõe as barreiras da humanidade, da territorialidade, da nacionalidade, conjura os poderes do Estado aos seus interesses e reelabora as relações sociais para o interesse da acumulação. Portanto, esse capital vai elaborar também uma teoria represente os seus interesses, constituindo bases “científicas” para o seu processo de produção e expropriação, tolhendo os questionamentos a esse modelo de produção

De acordo com Harvey (2008, p.12):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

**127**

Considerando que o princípio primordial do capitalismo é o lucro, (acumulação) é contraditório pensar em um mercado que distribua recurso, ou seja, essa sociabilidade capitalista é geradora/mantedora da desigualdade social. Portanto, dentro do discurso do livre mercado, verifica-se uma supervalorização do universo privado, da propriedade privada – privando-se de “*ser por um excedente de ter*” (ANTUNES, 1999, p.42).

Nesse sentido, o ter, o possuir implica você ser alguém socialmente reconhecido, com direitos e acesso aos aparatos sociais. É o consumismo ditando as regras dos significados e acessos dos sujeitos sociais, que dentro dessa lógica se tornam cada vez mais individuais, bem como criando necessidades objetivas e subjetivas alcançáveis somente pela esfera do consumo.

O neoliberalismo enfatiza as relações contratuais, as transações de mercado, procurando enquadrar neste as ações não apenas econômicas, mas políticas e

sociais. A ênfase está na liberdade individual, com ênfase na concorrência e no mérito, proporcionadas pelas vias do mercado e do consumo (HARVEY, 2008).

Assim, ao mesmo tempo, o Estado afirma o caráter público da *questão social*, administrando as suas refrações – que assumem um caráter massivo –, e reforça a aparência da *natureza privada* de suas manifestações individuais, tidas como problema do indivíduo isolado. Dessa forma, captura os espaços privados, subordinando-os ao movimento do capital que extrapola o território da produção, fazendo com que todo o cotidiano passe a ser administrado, impregnando-o da lógica da mercantilização universal das relações sociais. (IAMAMOTO, 2011, p.170, *grifo da autora*).

Nesse sentido, as prioridades de ação do Estado se direcionam ao crescimento econômico e a regulação da vida social. Ou seja, o Estado assume no contexto neoliberal o papel de amortizador das crises do capital, de modo a produzir legislações e estruturas regulatórias que privilegiam negócios e corporações. (HARVEY, 2008).

O Estado é instituição chave para esse processo, nos termos de Castelo (2017, p.60): “Estado e capital andaram juntos na alvorada mundial do modo de produção capitalista, e nunca mais se separaram”. Assim, o Estado vai se constituir força potencial para o processo de supremacia rentista do capital, representando historicamente o projeto da classe dominante e “blindando”, por meio da coerção e do consenso, a economia do capital.

Destarte, o Estado se apresenta cada vez mais como ente omisso e o mercado, o privado como resolução eficiente dos problemas dos indivíduos, estabelecendo renovados e inalcançáveis padrões de consumo e cultura do *ethos* burguês, os quais são apresentados dentro de uma perspectiva de generalização, do global.

A propagandeada “globalização” dissemina-se sob o falso objetivo de transcender as barreiras geográficas e espaciais para expansão e comércio, diminuindo a desigualdade entre os povos. Todavia, esconde sua face mais perversa:

A efetiva mundialização da ‘sociedade global’ é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros [...], apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial [...] tem-se o *reino do capital fetiche* (IAMAMOTO, 2011, p. 107, grifo do autor).

Portanto, é estratégia para expansão da dominação e monopólio dos países ricos, gestar a desigualdade, além de social, também territorial. O interesse mascarado na “globalização” está no controle dos Estados nacionais por parte das instituições financeiras que operam com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento).

Incorpora aos Estados através da dívida pública, reformas institucionais determinadas pelas agências reguladoras da “sociedade global”: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O conjunto de “recomendações” dessas instituições ocorre em aspectos para além da economia, tais como: política, cultura e educação.

A educação, ou a pedagogia, tanto em sentido escolar quanto, sobretudo, em seu sentido mais amplo – que abrange o Estado educador – assumia papel crucial, voltada a forjar homens adequados às formas de produção, de trabalho e de existência social reconfiguradas pela expansão do capital (GRAMSCI *apud* FONTES, 2010 p.18).

Entendendo a questão social, sua origem enquanto imbricada a constituição da relação capital/trabalho pautadas na sociedade capitalista; bem como, as conotações imperialistas que esse capital assume de usurpação e apropriação do mais-valor, com formas atuais de expropriação em dimensões mundiais da vida humana com regulações que passam às vias dos direitos dos trabalhadores. Aqui chegou-se no ponto de interseção necessário para compreender o papel da educação, os determinantes que a permeiam e sua relação com a questão social.

## **EDUCAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL**

A educação possui importante funcionalidade para o capital, pautada na reprodução da relação capital/trabalho, portanto da própria questão social, pautados na lógica do consenso.

Frigotto (1984) apresenta reflexões que corroboram para compreensão do papel da educação dentro da sociedade capitalista. O autor aponta quatro mediações presentes na prática educativa que relacionam a escola ao processo de acumulação capitalista. A primeira diz respeito ao “fornecimento de um saber geral que se articula ao saber específico e prático que se desenvolve no interior do processo produtivo” (FRIGOTTO, 1984, p.222).

Outra mediação corresponde ao papel produtivo da escola, uma vez que é desqualificada para filhos(as) dos(as) trabalhadores(as): “a escola serve ao capital tanto por negar o acesso ao saber elaborado e historicamente acumulado, quanto por negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no saber e na vida” (FRIGOTTO, 1984, p. 224).

Como terceiro aspecto levantado pelo autor, tem-se a “indústria do ensino”, principalmente privado. Isso é observado em estratégias de fortalecimento da iniciativa privada no âmbito da educação, como por exemplo as políticas de financiamento do ensino superior privado com recurso público (Fundo de Financiamento ao Estudantil – FIES; Programa Universidade para Todos – PROUNI), outro exemplo é a propagação desenfreada e desqualificada de faculdades e universidades privadas, tendo como protagonista a modalidade de Ensino a Distância (EaD).

A quarta mediação reforça o papel seletivo da escola, que prepara líderes, *intelectuais de diversos níveis* (GRAMSCI *apud* FRIGOTTO, 1984) para atuar na otimização da mais-valia, que organicamente pertencem a classe trabalhadora, mas não se reconhecem como tal, sendo funcionários do capital. Nesse sentido, o processo de formação irá corresponder às expectativas desse modo de produção, com incentivos a concorrência e pautado na meritocracia.

Essas mediações reafirmam a íntima correlação entre a educação e a questão social. No campo da imediatividade, a educação é política pública constituída pelo Estado, cujo objetivo é o desenvolvimento, a formação “intelectual”, sendo espaço do desenvolvimento do saber, do conhecimento e, inclusive de relações interpessoais.

A partir das análises que se estabeleceram ao longo desse texto, é possível compreender que a educação tem uma função preponderante para o capitalismo, qual seja, a reprodução da massa trabalhadora explorada e expropriada por esse sistema de produção. Inclusive, como meio de obscurecer as relações de opressão que estão estabelecidas pelo mercado, uma vez que o próprio se encarrega de estabelecer limites, expressos de maneira estrutural e ideológica, em metas inclusive globais.

No âmbito estrutural, pensando a educação básica pública brasileira, as condições salas de aula numerosas; professores mal remunerados, muitas vezes com acúmulo de empregos e carga horária exorbitante; escolas públicas sucateadas ou funcionando em condições mínimas (investimentos limitados ou ausentes em

laboratórios, bibliotecas, espaços desportivos, visitas técnicas ou aulas de campo, entre outros), ou ainda, sendo fechadas; equipes de apoio pedagógico e psicossocial reduzidas ou mesmo inexistentes. A precarização do ensino público afeta o processo educacional e as ações pedagógicas possíveis, reafirmando a perspectiva de política pública mínima e reprodução social.

A respeito dos aspectos ideológicos, esse ensino está marcado por currículos tecnicistas, desarticulados do desenvolvimento crítico, político e filosófico, cuja formulação está demarcada pela transmissão da história a partir da perspectiva da classe dominante (versão da história dessa sociedade presente nos livros didáticos). Ademais, aligeirados pelas perspectivas de metas, estando a preocupação da escola e do docente, muitas vezes mais no cumprimento do conteúdo proposto (ou mesmo imposto) e nos prazos, do que propriamente no processo de aprendizagem. Consequentemente, as ações de cunho didático pedagógico se tornam rotineiras e pouco (ou nada) adaptadas à realidade e demandas dos estudantes, sendo pautadas no mérito do estudante individualmente.

Em tempos em que se acirra o processo de expropriação de direitos e exploração da classe trabalhadora, consequentemente o recrudescimento da questão social, também essa política sofre as recessões. Três exemplos consubstanciam esse processo de desmonte do Estado dentro da atual conjuntura brasileira.

- Emenda Constitucional nº 95/2016 institui teto dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, não podendo ocorrer novos investimentos para a ampliação ou melhorias das políticas públicas, inclusive a educação.

- Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, retirando a obrigatoriedade das disciplinas de artes, filosofia, sociologia e educação física. Juntamente com outras questões problemáticas, como a previsão de parte dos estudos a distância. Essa “reforma” aponta para o domínio cada vez maior do tecnicismo nas bases curriculares.

- Projeto de Lei “Escola sem Partido”, o qual consiste em um programa de limitação da liberdade do professor em sala de aula, cujo objetivo real é desmobilizar conteúdos que proporcionem discussões políticas, ministrados dentro de uma perspectiva crítica e democrática.

Tais exemplos referem-se ao âmbito legislativo, há ainda a intensa valorização do ensino privado como “alternativa” para a educação de qualidade ou mesmo, como é o caso do ensino superior, de acesso com vias de facilitação por financiamentos públicos. Dessa maneira, o indivíduo é cada vez mais responsável por prover, via compra de bens privados, o seu acesso ao que deveria ser política pública.

O discurso do mérito tem fortalecido noções individualistas do cidadão consumidor, na educação o investimento em “capital humano”<sup>3</sup> se apresenta como tábua de salvação para o indivíduo se qualificar, ser o melhor (o discurso é: não basta ser bom) e ingressar no mercado de trabalho como pessoa qualificada.

Assim, sonha com a possibilidade de melhores remunerações, conseqüentemente melhor qualidade de vida, porque conseguirá pagar um plano de saúde, comprar um carro, ter lazer, dentre outras mercadorias disponíveis ao cidadão consumidor. E cada vez mais o Estado fica isento de prover os direitos sociais e os sujeitos se auto responsabilizando pelas refrações da questão social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**132**

É importante aqui retomar o questionamento inicial: a escola é um espaço construído, pensado, desenvolvido para os/as trabalhadores/as e/ou seus filhos/as?

A partir das análises apresentadas é possível considerar que a resposta a priori seria: não. Considerando-se de maneira emblemática as falas apresentadas no início desse texto: “esse não é meu lugar”, ou ainda, “estudar é coisa para rico”, bem como os quadros de evasão.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, em 20 de junho de 2017, dados a respeito da evasão escolar no Brasil, sendo destaque a retomada do crescimento das taxas de evasão em 2014 frente a uma progressiva diminuição que vinha acontecendo de 2007 a 2013:

Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%,

---

<sup>3</sup> Emerge o discurso de investimento em “capital humano”, que reduz a concepção social, política, filosófica e técnica da educação ao potencial treinamento, cujo elemento-chave é dar a entender que o trabalhador assalariado que investe pode superar sua condição e se tornar um capitalista (FRIGOTTO, 1984).

seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

A série histórica revela, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas o comportamento se altera em 2014, quando as taxas aumentam. A evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino.

Todavia, essa resposta não está completa, pois desconsidera todo o processo histórico das lutas sociais e a demanda real dos trabalhadores e suas famílias, inclusive direito formal e positivado, de acesso à educação, a formação, ao saber e conhecimento importantes na sua constituição enquanto ser social.

Ainda que imersa nas determinações vigentes dentro da sociedade do capital, a educação não é por natureza capitalista. A educação é prática social fundamental que representa interesse da classe trabalhadora, portanto, é terreno de disputa, de luta: “Essa disputa dá-se, justamente, pelo controle deste espaço cuja função precípua, na sua dimensão política e técnica, é difundir o saber social historicamente elaborado, sistematizado e acumulado, articulando-o aos interesses de classe.” (FRIGOTTO, 1984, p.215).

Observa-se, então, o caráter contraditório da educação e sua relação com a questão social, ao mesmo tempo em que esta é política de contenção e reprodução do capital. Portanto, a educação representa também ameaça, uma vez que o desenvolvimento do saber crítico permite o questionamento, não é em vão que o capital estabelece meios políticos para sua expropriação.

Nesse sentido, como espaço de disputa se correlaciona também como resposta do Estado à questão social, portanto, como direito e política pública conquistados pelos trabalhadores, que alcança maiores avanços ou retrocessos a partir da conjuntura política, econômica e social que se desdobra no cenário brasileiro.

Os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. (Esse mínimo, seguindo o que Marx já havia estabelecido em relação ao salário, não deve ser concebido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido sobretudo historicamente, como resultado das lutas sociais). (COUTINHO, 2000, p.12)

Não se trata do acesso individual ou as situações de “sucesso escolar”. A referência é a defesa pelo direito coletivo à educação: pública, gratuita e de qualidade. Entendendo esta como fundamental para avanços da classe trabalhadora, na busca

por melhoria das suas condições de vida e na constituição de uma sociabilidade livre das relações de poder e opressão da sociedade de classes.

Tal perspectiva está respaldada também nos escritos de Gramsci (1991, p.118), quando o autor defende a *escola única* de “cultura geral, humanista, formativa que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”.

Construir uma consciência de classe e ações que buscam se opor ou criticar a ideologia dominante não é um caminho fácil, é um desafio que perpassa por mudanças que são muito mais coletivas e conquistas provenientes da luta da classe trabalhadora.

Por isso, articular os movimentos sociais de base que apontam insatisfação, não aceitação dessa conjuntura de precarização e reivindicam por respostas aos direitos enquanto cidadãos, faz parte de uma prática de questionamento ao poder instaurado. Ademais, somente por vias desse coletivo é que pode se obter conquistas as classes populares, mesmo que mínimas dentro da sociabilidade do capital.

Igualmente importante, é pautar um outro modelo de escola que tem o estudante e sua multiplicidade de dimensões, como central para o processo educacional. Desnaturalizando-se as relações de opressão dentro dos muros da escola. Constituir o espaço escolar numa perspectiva libertadora, cidadã, política, crítica, ética e social. Esse movimento deve acontecer nas pautas dos movimentos sociais, dentro de sala de aula, no planejamento pedagógico e gestor da escola, bem como outras vias democráticas de se concretizar o processo educacional.

134

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

CASTELO, R. *Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica*. Revista Universidade e Sociedade, ANDES-SN, n.60, p. 58-71, julho 2017.

COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade*. Transcrição de conferência pronunciada na Embratel, com transmissão em rede nacional de televisão executiva,

em 20 de maio de 1994. Disponível em:  
<<http://www.rabaneda.adv.br/download/Ciencias%20Pol%EDticas/NOTAS-SOBRE-CIDADANIA-E-MODERNIDADE-Carlos-Nelson-Coutinho.pdf>>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

FONTES, V. *O capital-imperialismo: algumas características*. Disponível em:  
<<http://www.odiarrio.info/b2-img/VirginiaFontes.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica*. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206)>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

MARX, K. O processo de reprodução do capital. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 33 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.